



Foto: Rodrigues/Pozzobon

Bebês prematuros são colocados em minirredes de algodão em incubadoras no Hospital Regional de Santa Maria, Distrito Federal

Mais tempo para mães de prematuros

Licença de 120 dias só começará a ser contada após alta hospitalar do bebê, segundo projeto aprovado pelo Senado. Discute-se ainda política de atenção para esses casos, que são mais de 12% dos nascimentos no Brasil

Simone Franco

OS FILHOS GÊMEOS do senador Aécio Neves (PSDB-MG) nasceram prematuros, em junho de 2014. Nos dois meses em que eles ficaram internados na UTI neonatal, o parlamentar viveu uma experiência pessoal tão intensa que isso o levou abraçar a causa da prematuridade no Congresso Nacional. Em dezembro, o Senado aprovou por unanimidade — e em tempo recorde — a proposta de emenda à Constituição (PEC 99/2015) que ele apresentou estabelecendo o início da contagem da licença à parturiente de 120 dias só após a alta hospitalar do bebê prematuro.

Emenda à PEC, que seguiu para votação na Câmara, ficou um tempo máximo para o afastamento do trabalho da mãe de um bebê prematuro: 12 meses, sendo 4 meses de licença à gestante e até 8 meses de internação.

— Vi de perto o drama de inúmeras mães onde meus filhos estavam internados. Uma cena muito marcante foi a de uma mãe que ficou muito próxima de minha esposa e que estava com a filha internada havia cerca de três meses. Dois dias antes de deixarmos o hospital, a filha dela veio a óbito e ela nos disse que iria voltar para casa sem a filha e sem o emprego, que tinha perdido nesse período — recordou Aécio.

O episódio inspirou o parlamentar a oferecer uma saída legal para permitir à mãe cuidar

do filho fragilizado sem correr o risco de ser demitida. Assim, a proposta estabelece que a licença à gestante continua com duração de 120 dias, sem prejuízo do emprego e do salário da trabalhadora. Mas abre a possibilidade de, em caso de parto prematuro, o tempo de dedicação da mãe ao bebê incluir o período em que ele precisou ficar internado.

O empenho de Aécio em defender a causa da prematuridade contagiou a relatora da PEC na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a senadora Simone Tebet (PMDB-MS). O entendimento dela foi no sentido de que, nesses casos, a extensão da licença à gestante revela-se essencial para garantir a saúde do bebê e o bem-estar da mãe. “A criança prematura nasce com maiores riscos e, conse-

quentemente, demanda mais atenção e melhor proteção. Para a mãe, por seu turno, o pós-parto é um período de grande vulnerabilidade, quando podem surgir transtornos psicológicos graves. É importante ela estar física e mentalmente bem, para que possa garantir a atenção necessária ao recém-nascido”, avaliou a senadora Simone ao parecer que apresentou, favorável à proposta.

Em relação ao impacto financeiro da medida, a relatora considerou que seria “amplamente compensado pelo seu real alcance social e pela sua incomensurável importância para os recém-nascidos, suas mães e suas famílias”. A PEC foi aprovada na CCJ um dia após a comemoração do Dia Mundial da Prematuridade, celebrado em 17 de novembro.



Wellmann/Brunetti/Agência Senado — 9/12/2015

Senadores aprovam a proposta de emenda à Constituição por 56 votos a 0

Outro projeto de lei fixa diretrizes para atenção aos bebês

Pouco mais de 12% dos partos feitos no Brasil são de prematuros. Esse registro lança o país no décimo lugar no ranking mundial de prematuridade, com cerca de 300 mil bebês nascidos anualmente com menos de 37 semanas de gestação. Mudar esse cenário é a meta de projeto de lei (PLS 742/2015), também de Aécio Neves, que estabelece diretrizes sobre a política de atenção à prematuridade. O texto aguarda a votação final na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

“A prematuridade é um grande problema de saúde pública. Além do risco de morte, o nascimento prematuro deixa sequelas psicológicas permanentes para os pais e pode acarretar danos incapacitantes aos bebês”, alertou Aécio na justificativa do projeto.

O desafio de reduzir o número de partos prematuros no Brasil acabou aproximando

o senador tucano da ONG Prematuridade.com (www.prematuridade.com). A entidade emprestou seu apoio à elaboração do projeto e o avaliou como primeiro passo não só para diminuir os índices de prematuridade, como também para enfrentar a mortalidade relacionada ao problema.

Cuidados básicos

Alto índice de cesáreas eletivas, gestação na adolescência ou muito tardia, pré-natal deficiente, tabagismo e obesidade são fatores de risco apontados para o parto prematuro. O nascimento do bebê antes das 37 semanas de gestação responde por 53% dos óbitos registrados pelo Ministério da Saúde no primeiro ano de vida.

Ao fixar as diretrizes gerais para a assistência aos prematuros, o projeto define uma escala da prematuridade para fins de cuidado. Essa classifica-

ção parte da condição extrema, para nascimentos antes de 28 semanas; passa pela moderada, para os partos realizados de 28 a 31 semanas e 6 dias; até chegar à tardia, para os bebês nascidos entre 32 e 36 semanas e 6 dias.

Depois de caracterizar a prematuridade, o projeto determina ao Ministério da Saúde a regulamentação — em no máximo 120 dias — dos cuidados básicos a serem seguidos pelas unidades do Sistema Único de Saúde (SUS).

Entre as ações reivindicadas na definição dessa política de atenção, estão o método mãe-canguru (manter o bebê preso ao corpo da mãe); o treinamento de profissionais em reanimação neonatal; o direito de os pais acompanharem os cuidados com o prematuro 24 horas; o atendimento ambulatorial por equipe multidisciplinar até, no mínimo, os dois

primeiros anos de vida; e o acompanhamento psicológico dos pais durante a internação.

Audiência

Por fim, o texto orienta os profissionais da rede pública de saúde a alertarem as gestantes sobre os fatores de risco e sinais de parto prematuro. Quanto às equipes das UTIs neonatais, deverão estar prontas a esclarecer aos pais os cuidados necessários após a alta hospitalar, encaminhando-os aos ambulatórios especializados na atenção a prematuros.

Antes de votar o projeto, a CAS deverá fazer audiência sobre as políticas públicas voltadas aos cuidados com os bebês prematuros. O debate foi solicitado pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e deverá reunir representantes do Ministério da Saúde, da Sociedade Brasileira de Pediatria e da ONG Prematuridade.com.

ONG Prematuridade orienta e dá suporte emocional aos pais



George Grimm

Denise Suguitani, da ONG Prematuridade, apoia as propostas de Aécio Neves

A nutricionista Denise Suguitani não teve filhos prematuros. Mas, ao cuidar da saúde desses bebês e acompanhar de perto o drama das famílias, resolveu ajudar ainda mais criando, em 2011, o site Prematuridade.com. A troca de informações e dúvidas entre pais e profissionais amadureceu essa rede de acolhimento e acabou gerando, em 2014, a Associação Brasileira de Pais, Familiares, Amigos e Cuidadores de Bebês Prematuros, a ONG Prematuridade.com. A entidade é parceira da Fundação Europeia de Cuidado aos Recém-Nascidos.

— Os pais ficam muito angustiados em ver o filho lutando para sobreviver, cheio de tubos, sem poder levá-lo para casa. Percebi que não havia um ponto de encontro em que eles pudessem buscar informações úteis e compartilhar histórias de vida — observa Denise.

Na entrevista abaixo, a diretora-executiva do Prematuridade.com avalia as perspectivas para o controle dos partos prematuros, levando em conta os avanços possíveis nas políticas públicas com as propostas de Aécio Neves.

JORNAL DO SENADO — Qual o principal desafio em relação à prematuridade no país?

DENISE SUGUITANI — Nosso principal desafio é diminuir as taxas de nascimentos prematuros no Brasil. De acordo com o Sistema de Informações de Nascidos Vivos, o SUS e o Ministério da Saúde, 12,4% dos nascimentos no Brasil acontecem antes de 37 semanas de gestação. Só em 2012, foram

sobre a extensão da licença-maternidade para mães de prematuros, representa uma grande vitória para a sociedade. Todos sairão ganhando: o empregador, o bebê e, obviamente, a mãe do prematuro. Quem passou pela experiência da prematuridade entende a importância da aprovação dessa emenda. É só ver a repercussão nas redes sociais e os depoimentos das mães que estão passando por isso e das que não tiveram essa oportunidade. Em alguns casos, há dupla perda: as mães, após meses de UTI, acabam voltando para casa sem o bebê nos braços, pois ele veio a falecer por conta da prematuridade, e também sem emprego.

Como é possível prevenir o parto prematuro?

Acredito que informação é a chave. Precisamos de campanhas nacionais onde possamos mostrar às potenciais gestantes — adolescentes e mulheres em idade fértil — a importância de planejar a gestação, cuidar da saúde, fazer um acompanhamento pré-natal,

saber os fatores de risco para parto prematuro, estimular o parto natural (ou desencorajar cesáreas eletivas). Mostrar por que é importante evitar que o parto prematuro aconteça e quais as consequências para o bebê e a família. Precisamos informar também sobre os sintomas de um trabalho de parto prematuro e orientar para que a gestante busque assistência ao menor sinal de alterações. Para isso, acredito que seja importante que governo, entidades sociais, empresas privadas e instituições de ensino e pesquisa trabalhem juntos.

Qual o apoio prestado pelo site e pela ONG às famílias de bebês prematuros?

Além de encabeçar o *advocacy* (negociação de políticas públicas) voltado à causa da prematuridade, prestamos apoio pelo nosso site. Nosso portal leva informação às famílias de prematuros desde 2011. O site reúne notícias, textos e mais de 500 histórias reais de prematuridade. Por meio delas, passamos conforto, esperança e “colo” para as famílias que enfrentam isso hoje. Nossa página no Facebook (fb.com/prematuridade) é um grande canal de comunicação com a comunidade de pais de prematuros e, através dela, divulgamos também notícias, histórias e informações importantes acerca do tema. Em breve, a comunidade poderá se associar ao Prematuridade.com e participar ainda mais ativamente das iniciativas relacionadas a políticas públicas e à prevenção de partos prematuros no país.



Arquivo pessoal

Para a médica Noêmia Meyohas, a grande dificuldade são as especialidades pediátricas

Desafio à assistência é maior nos hospitais da rede pública de saúde

Se o desafio da assistência a bebês prematuros e às famílias é grande em hospitais particulares, é possível imaginar sua dimensão na rede pública de saúde, às voltas com carência de profissionais e estrutura física insuficiente para atender a alta demanda.

— Nos hospitais onde trabalho, não vejo muita dificuldade na aquisição de medicamentos ou materiais. A nossa grande dificuldade é a disponibilização de médicos nas diversas especialidades pediátricas, principalmente neurologia, pneumologia, cirurgia, nefrologia — reconheceu a pediatra Noêmia Meyohas, médica de rotina da UTI neonatal do Hospital Municipal Pedro II, no Rio de Janeiro.

Apesar de a maioria das maternidades públicas do estado prestar atendimento ao recém-nascido prematuro, a realidade desses serviços, segundo a pediatra, é de superlotação. Ela observa que é comum esses bebês passarem meses internados, chamando a atenção ainda para a necessidade de apoio constante também às mães.

— Faltam leitos para internação em UTIs neonatais que contam com serviços de cirurgia pediátrica, neurocirurgia e cirurgia cardíaca. Em alguns casos,

os recém-nascidos ficam longos períodos aguardando vagas para transferência, principalmente em caso de doenças cardíacas — comentou Noêmia.

As dificuldades para internação do prematuro prosseguem na assistência pós-alta hospitalar. A médica da UTI neonatal do Pedro II informa que, no município do Rio, até existem referências ambulatoriais que prestam esse acompanhamento ao bebê prematuro, mas faz uma ressalva.

— Como a oferta de vagas é reduzida, infelizmente só conseguimos encaminhar aqueles que apresentaram uma evolução mais complexa, com indicação de acompanhamento multiprofissional. Fazemos também encaminhamento para algumas especialidades em nível ambulatorial, mas a oferta de consultas também não é a ideal — lamenta Noêmia.

Em relação às propostas de Aécio Neves, a pediatra acredita que deverão ajudar a melhorar a assistência aos prematuros e suas famílias. E isso especialmente em relação à PEC 99/2015 — aprovada em dezembro pelo Senado —, que pretende possibilitar a presença da mãe ao lado do seu bebê em tempo integral, preservando o emprego e o salário.

Depoimento: “Minha pequena grande guerreira”

“Eu me chamo Raquel, moro em Porto Alegre e vou contar aqui a minha história. A minha filha Paula nasceu prematura, com 27 semanas, 790 gramas e 32 centímetros. Tive uma recuperação um pouco complicada, com infecções e muita dor. Mas logo eu me recuperei, e então começou a caminhada de esperança e fé na recuperação da Paulinha.

A primeira vez que a vi foi na UTI neonatal. Chorei muito quando saí de lá, fiquei muito nervosa. Não a imaginava tão pequena e tão frágil. Sua pele era uma gelatina. Depois desse dia, a minha casa era ali no hospital, ao lado dela, dando força, amor, carinho e pedindo para ela não desistir nunca! Eu ia de manhã cedo e só voltava para casa para dormir.

Foram seis meses de muita luta pela vida. Ela teve várias intercorrências, infecções, transfusão de sangue, cirurgia, e, graças a Deus, vencemos! O primeiro colo que dei para minha filha foi quando ela estava com quase três meses. Foi lindo e emocionante demais. Ela ainda estava entubada, eu fiquei muito tensa, mas estava bem monitorada pela excelente equipe do hospital.

O meu marido, grande companheiro, todos os dias depois do trabalho ia ao hospital ver a nossa pequena. Estivemos juntos em todos os momentos.

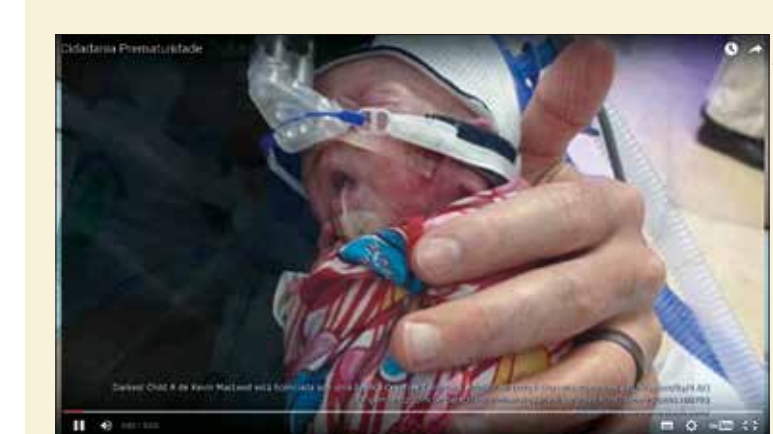
Canguru

Fiz também o método canguru, que é superimportante para o bebê ter o contato de pele com sua mãe [contato direto com orientação médica]. Depois que foi retirada a sonda, só faltava aprender a mamar e ir para casa. Nossa, eu contava os dias e as horas... até que chegou o grande dia!

Após exatamente seis meses, 183 dias, na UTI neonatal, chegou o dia de ir para casa com a família, que só a conhecia por foto. Foi um dia muito especial e emocionante!

A Paula é uma criança supersaudável e feliz, alegre nossos dias e nossas vidas. Agradeço a Deus todos os dias por ser abençoada de ser mãe desta pequena grande guerreira: a Paula!”

Fonte: Prematuridade.com



Assista ao vídeo da Agência Senado sobre os projetos relacionados a prematuros: <http://bit.ly/projetosprematuros>

Saiba mais

PEC 99/2015
<http://bit.ly/PEC99-2015>

PLS 742/2015
<http://bit.ly/PLS742-2015>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania